

**ANÁLISE DA POBREZA SOB A PERSPECTIVA
MULTIDIMENSIONAL NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE
DA BAHIA**

**ANALYSIS OF POVERTY FROM A MULTIDIMENSIONAL PERSPECTIVE
IN THE BAHIA'S IDENTITY TERRITORIES**

**ANÁLISIS DE LA POBREZA DESDE UNA PERSPECTIVA
MULTIDIMENSIONAL EN LOS TERRITORIOS DE IDENTIDAD DE
BAHIA**

Elivania Magalhães Prates

Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

elivaniaprates@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0002-6709-3198>

Andréa da Silva Gomes

Doutora em Desenvolvimento Rural pela AGROPARISTECH. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Economista pela Universidade Santa Úrsula – USU. Professora Plena do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

andreauesc@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-9645-0898>

Ronaldo Lima Gomes

Pós-doutor em Geotecnia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV-MG. Doutor e Mestre em Geotecnia pela Universidade de São Paulo – USP. Graduação em Geologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

rlgomes.uesc@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-2838-7553>

Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti

Doutoranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

fecalasans@gmail.com / fernanda.pessoti@uesb.edu.br / <http://orcid.org/0000-0002-1351-9974>

Mônica de Moura Pires

Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa – UFV-MG. Professora Plena do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

mpires@uesc.br / <http://orcid.org/0000-0001-9036-514X>

Monick Midlej do Espírito Santo

Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

mmesanto@uesc.br / <http://orcid.org/0000-0003-4227-3640>

Recebido: 19/08/2019; Aceito: 30/12/2019; Publicado: 26/03/2021.

RESUMO

Sob a perspectiva multidimensional e com base no conceito de pobreza desenvolvido por Amartya Sen, cuja noção elaborada refere-se à ausência ou privação de capacidades básicas, este trabalho mensura e analisa a pobreza nos Territórios de Identidade da Bahia. Para tanto, utiliza-se o Índice de Pobreza Multidimensional - IPM criado pela Iniciativa de Pesquisas em Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Foram utilizados os microdados da amostra do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE referentes ao ano de 2010. Os resultados da pesquisa mostram que a proporção de pobres multidimensionais no estado da Bahia corresponde a 25,46%. Os indicadores que carecem de maior atenção são: anos de escolaridade, saneamento e coleta de lixo, os quais apresentaram maiores percentuais de privações para diversos territórios baianos. Com relação à intensidade, verificou-se que sua manifestação na Bahia é maior que sua incidência, resultando em 36,96% a média de privações compartilhadas pelos indivíduos multidimensionalmente pobres. O IPM se apresentou mais crítico para os Territórios de Identidade Bacia do Rio Corrente (0,143) e Baixo Sul (0,141); já para a Bahia, esse resultado foi de 0,094. A mensurabilidade torna-se importante para melhor embasar as políticas públicas de assistência social e de promoção do desenvolvimento dos territórios.

Palavras-chave: Pobreza; Capacitações; Índice Multidimensional.

ABSTRACT

This study aims at measuring and analyzing the state of poverty in Identity Territories of Bahia under multidimensional approach based on the concept of poverty of absence or deprivation of basic capabilities by Amartya Sen. The present research measured poverty using the Multidimensional Poverty Index - MPI created by Poverty and Human Development Initiative (OPHI) at the University of Oxford, in a partnership with the United Nations Development Programme (UNDP). Micro-data on the basis of demographic census of 2010 carried out by Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) was used. The survey results show that the proportion of multidimensional poorness is corresponding to 25.46%. The qualitative indicators that need further attention are: years of schooling, sanitation and garbage collection. They had higher percentages of deprivation among the Territories. Regarding to the intensity, Bahia has higher numbers if compared to the incidence rates, resulting 36.96% in the average of the deprivation of multidimensional poorness. The MPI was more critical to the Identity Territories of Bacia do Rio Corrente (0.143) and Baixo Sul (0.141) compared to Bahia which result was 0.094. The measurability of poverty becomes important to better endorse public policies on social assistance and to better promote the development of the Territories.

Keywords: Poverty; Capability; Multidimensional Index.

RESUMEN

Este documento mide y analiza la pobreza en los Territorios de Identidad de Bahía desde una perspectiva multidimensional y basada en el concepto de pobreza desarrollado por Amartya Sen como ausencia o privación de habilidades básicas. Se utiliza el Índice de Pobreza Multidimensional - IPM creado por la Iniciativa de Investigación sobre la Pobreza y Desarrollo Humano de la Universidad de Oxford, en asociación con el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Utilizamos los microdatos de la muestra del censo del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística para 2010. Los resultados de la encuesta muestran que la proporción de pobres multidimensionales en el estado de Bahía corresponde al 25,46%. Los indicadores que necesitan más atención son: años de escolaridad, saneamiento y recolección de basura que presentaron porcentajes más altos de privación para los diversos territorios de Bahía. Con respecto a la intensidad, se encontró que su manifestación en Bahía es mayor que su incidencia, lo que resulta en 36.96% de la privación promedio compartida por individuos pobres multidimensionales. El IPM fue más crítico para los Territorios de Identidad de la Cuenca del Río Corrente (0.143) y Low Sul (0.141), para Bahía, este resultado fue 0.094. La mensurabilidad se vuelve importante para apoyar mejor las políticas públicas de asistencia social y la promoción del desarrollo territorial.

Palabras clave: Pobreza; Entrenamiento; Índice Multidimensional.

INTRODUÇÃO

A redução da pobreza representa um desafio para muitos países, principalmente, para os menos desenvolvidos socioeconomicamente, constituindo-se em um fenômeno complexo. Nesse sentido, os estudos sobre a pobreza aumentaram nas últimas décadas, notadamente, no meio acadêmico, buscando compreender a complexidade de tal fenômeno e encontrar possíveis soluções que possam contribuir para a sua redução.

A mitigação desse problema requer a atuação dos governos por meio da sua principal ferramenta de intervenção, a política pública, que se volta ao tratamento ou solução de um problema de importância coletiva (SECHHI, 2013). Ciente da pertinente pobreza em todo o mundo e no território nacional, bem como das heterogeneidades diversas, enfatiza-se que a temática da pobreza dialoga fortemente com o universo das políticas públicas.

A literatura que trata da pobreza é ampla e evidencia a importância deste tema atualmente. Da mesma forma, há muitos enfoques na abordagem dessa temática, conseqüentemente, existem diferentes acepções para caracterizá-la. De acordo com Kageyama e Hoffmann (2006, p. 80), “a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família”.

Nos últimos anos, vários trabalhos foram realizados sobre a pobreza multidimensional. Destacam-se, no caso brasileiro, os estudos empíricos de Kageyama e Hoffmann (2006), Lacerda (2009), Silva e Neder (2010), Bagolin, Souza e Comim (2012), dentre outros. No que concerne às especificidades da Bahia, Lacerda (2009) faz uma análise da pobreza sob o prisma multidimensional, abordando a necessidade de ampliar o foco de investigação da pobreza para além da ótica da renda. Os resultados apontaram que a pobreza na Bahia é elevada, principalmente entre a população rural, mas que sofreu redução entre os anos de 1995 e 2005, exceto na área metropolitana, sinalizando melhorias nas condições de vida da população baiana. Igualmente, constatou que a pobreza multidimensional se apresentava mais elevada (anos de 2001 e 2006) e estável quando comparada com a pobreza sob a ótica exclusivamente da renda. Assim, o presente estudo baseia-se nas análises das desigualdades regionais nos Territórios de Identidade da Bahia sob o prisma da pobreza a partir da compreensão da sua relação com as condições socioeconômicas das famílias consideradas pobres.

Salienta-se que a divisão do estado da Bahia a partir do conceito de Território de Identidade surgiu com a finalidade de identificar prioridades temáticas oriundas das

realidades locais. Este é um mecanismo relevante quando é necessária a implementação de políticas públicas o qual pode ser delimitado como:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente (SEPLAN, 2020, p. 1).

Já para mensurar a pobreza, consideram-se as dimensões de educação, saúde e padrão de vida em consonância aos critérios utilizados pela Iniciativa de Pesquisas em Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford (OPHI – *Oxford Poverty and Human Development Initiative*).

A abordagem multidimensional, a partir do Índice de Pobreza Multidimensional – IPM criado pela OPHI, revela a intensidade e a incidência da pobreza, que são indicativos importantes como norteadores de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento. Dessa maneira, o estudo da pobreza nos Territórios de Identidade da Bahia permite uma análise mais aprofundada desse problema, fornecendo base científica para fins de planejamento e formulação de políticas públicas que objetivem o seu combate, além de corroborar com as discussões acerca da pobreza sob o enfoque multidimensional.

Portanto, nesta pesquisa buscou-se analisar a pobreza multidimensional nos Territórios de Identidade do estado da Bahia, com intuito de captar as especificidades e desigualdades regionais. Especificamente, procurou-se analisar os indicadores das dimensões citadas para os territórios que compõem a área de estudo; mensurar a pobreza multidimensional dos Territórios de Identidade e dos municípios da Bahia, de forma a possibilitar análise comparativa entre os mesmos e espacializar a pobreza multidimensional no território baiano.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A POBREZA

A discussão sobre a pobreza sempre existiu ao longo dos anos. Por ser um fenômeno complexo, resultado de vários fatores, até hoje, ainda, não se encontrou uma forma de resolvê-lo, sendo este tema palco de discussão no âmbito científico e social, com a finalidade de buscar soluções que visem acabar ou minimizar seus impactos. Um grande avanço tem sido considerar esse problema além da ótica da renda, em cujo contexto a abordagem multidimensional ganha destaque.

Na ciência econômica, Smith, no século XVIII, já tratava sobre esta questão, demonstrando profunda preocupação com as diferenças existentes entre pobres e ricos. Para ele, a prosperidade de uma nação era dada pelo trabalho produtivo. Ao enfatizar o aspecto da pobreza nas classes inferiores, aborda que a escassez dos meios de subsistência coloca limites à multiplicação, decorrentes da destruição de grande parte das crianças, evidenciando altas taxas de mortalidade infantil. Também, segundo Smith, a melhoria da situação das camadas mais pobres deve ser vista como um avanço na sociedade, uma vez que “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis” (SMITH, 1996, p. 129).

Ainda nesse contexto, Malthus em 1798 discutia sobre o crescimento da população e da pobreza, em plena Revolução Industrial, atribuindo a expansão da miséria como fenômeno natural, tal qual o aumento da população. Seu principal postulado aborda que a população cresce a uma razão geométrica e que os meios de subsistência aumentam a uma razão aritmética. Argumenta contra as leis inglesas de amparo aos pobres, pois elas tendem a deprimir a condição geral dos pobres, já que poderiam gerar problemas ao funcionamento da economia. “As leis inglesas de amparo aos pobres parecem haver contribuído para elevar o preço das provisões e rebaixar o preço real da mão-de-obra. Elas têm contribuído, portanto, para empobrecer aquela classe de gente cuja única posse é o seu trabalho” (MALTHUS, 1982, p.78).

De acordo com Karl Marx (1980), a pauperização relativa das massas é típica do próprio sistema capitalista, cujo objetivo principal da economia é produzir, com determinada quantidade de riqueza, grande número de excedentes ou mais-valia, sendo condição necessária o crescimento absoluto da população para que a acumulação ocorra continuamente. Assim, o processo capitalista é responsável pela exploração dos trabalhadores e por manter um exército de reserva em indigência parcial ou completa, o que implica analisar a ocorrência da precarização da classe trabalhadora e uma concentração de riquezas nas mãos de uma minoria.

Castel (1998) aponta que os anos de 1830 foram cruciais para a tomada de consciência das condições de vida em que se encontrava parcela da população, vítimas da revolução industrial; em outras palavras, foi momento decisivo para a discussão em torno da questão social, especificamente, o pauperismo. Esse momento foi importante para visualizar os direitos do cidadão e, ao mesmo tempo, identificar problemas como a miséria decorrente da ordem econômica. Nesse cenário, Codes (2008) aborda que foi no século XX que a temática da pobreza ganhou expressividade em diversas partes da Europa e nos países em desenvolvimento, pois os frutos do crescimento econômico não foram capazes

de resolver as desigualdades sociais e a pobreza. A temática, então, começa a ser pauta de discussão de pesquisadores e governantes em nível mundial.

Nota-se que há muitos anos vem-se discutindo a questão do pauperismo, a partir de diversos enfoques como questão natural, como resultado do modelo de produção capitalista, refletindo, assim, em diferentes abordagens e definições. Em razão disso, há diversos conceitos e formas que definem a pobreza. Uma das abordagens mais conhecidas é a clássica, a pobreza monetária que utiliza dados de renda e o consumo de indivíduos e domicílios para a definição da pobreza. Nessa acepção, busca-se estabelecer métricas monetárias relacionadas ao conjunto amplo de necessidades para o estabelecimento da linha de pobreza. Conforme essa concepção, a “pobreza é definida como um déficit abaixo de algum nível mínimo de recursos, que é denominado linha de pobreza” (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 7, tradução nossa).

Um dos trabalhos pioneiros de mensuração da pobreza nessa ótica foi o de Rowntree, que realizou um estudo no início do século XX sobre a pobreza na cidade de York, Inglaterra, estabelecendo parâmetros diferenciados de renda necessária de acordo o tamanho e a estrutura da unidade familiar (ROCHA, 2006). A visão unidimensional que trata a pobreza a partir do enfoque da renda utiliza como parâmetro as linhas de pobreza calculadas com base em frações do salário mínimo ou em função do nível de consumo das famílias.

Segundo Rocha (2006), o Banco Mundial adota o valor de US\$ 1 ou US\$ 2 ao dia para comparação da incidência da pobreza entre os países, mas não considera as diferenças de custo de vida. No Brasil, é comum optar-se pelo salário mínimo ou os seus múltiplos para a definição da linha de pobreza. A autora destaca que a adoção do salário mínimo não reflete de forma segura o custo do atendimento às necessidades básicas, além de ressaltar que os processos de atualização de valores, como a unificação do salário mínimo, desconsideram as diferenças regionais e urbano-rurais de custo de vida para os pobres. A justificativa para o uso do salário mínimo está associada à facilidade de operacionalização e, “boa parte associada à dificuldade de acesso e uso de microdados das pesquisas domiciliares” (ROCHA, 2006, p. 45).

Hoffmann (2000), entretanto, assinala que a linha de pobreza que utiliza como critério o custo de alimentos para a determinação dos pobres tende a subestimar a pobreza rural com relação a urbana. Nesse sentido, ainda que os alimentos tenham um custo menor nas áreas rurais, o acesso a serviços como educação, saúde, torna-se mais difícil que no espaço urbano. No entanto, o foco das pesquisas tem-se ampliado nos últimos anos e cada vez mais se discute a pobreza a partir de um leque maior de variáveis, considerando que

esse fenômeno não deve ser visto apenas sob a ótica da renda como indicador chave. Dessa forma, ganha relevância a abordagem multidimensional fundamentada sob o prisma das necessidades básicas e das capacidades.

A partir de 1970, ganha evidência a abordagem das necessidades básicas, mas esta já datava desde a década de 1950, quando surgiu a ideia de que o progresso social poderia ser alcançado por meio da satisfação das necessidades básicas (CODES, 2008). Essa concepção multidimensional insere variáveis que visam analisar qualidade e condições de vida, apontando que a renda é insuficiente para caracterizar a pobreza, a qual passa a ser vista por variadas faces.

Segundo Rocha (2006), essa abordagem se difere da visão unidimensional em três pontos: primeiramente, a renda deixa de ser o indicador chave para mensurar a pobreza, busca-se adotar parâmetros que refletem a qualidade de vida; se relaciona com a definição de objetivos e mensuração de resultados que englobam a sociedade como um todo, em busca de criar instrumentos que sejam capazes de estabelecer comparações entre países, avaliando o atendimento das necessidades básicas ao longo do tempo; e, em terceiro lugar, essa ótica das *basic needs* enfatiza o caráter multidimensional da pobreza, assim como o reconhecimento da inter-relação entre os diversos tipos de carência. Desse modo, a noção de pobreza passa ser mais ampla e engloba fatores como nutrição, educação, saneamento e moradia.

Nos anos de 1980, as formulações conceituais avançaram mais, passou-se a discutir a pobreza a partir do enfoque das capacidades, sendo o economista Amartya Sen o principal defensor dessa abordagem. Sen (2000) defende que a pobreza deve ser vista como a negação das capacitações básicas. Este autor chama a atenção para outros fatores que não sejam somente a renda, mesmo que esta seja fundamental, pois uma renda baixa constitui um componente para uma vida pobre. Assim define a pobreza como:

[...] privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional na identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação das capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa (SEN, 2000, p. 109).

Nessa perspectiva, a renda e capacidades estão intimamente relacionadas, visto que é um meio a fim de que se possa conseguir o bem-estar. Para Sen (2000), as capacidades referem-se às liberdades substantivas que conduzem as pessoas a levarem o tipo de vida que desejam. As capacidades estão relacionadas às potencialidades e podem estar ligadas a vários fatores, a exemplo de idade, sexo, localização, dentre outras.

O autor também destaca a liberdade das pessoas como elemento constitutivo básico, propondo que o combate à pobreza deve ser feito através da garantia e ampliação das liberdades por aumentarem as capacidades das pessoas. “As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais” (SEN, 2000, p. 25). O autor sublinha cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdade política, facilidade econômica, oportunidade social, garantia de transparência e segurança protetora. Tais liberdades são fundamentais para a ampliação das capacidades, são interligadas umas às outras e constituem partes integrantes do processo de desenvolvimento.

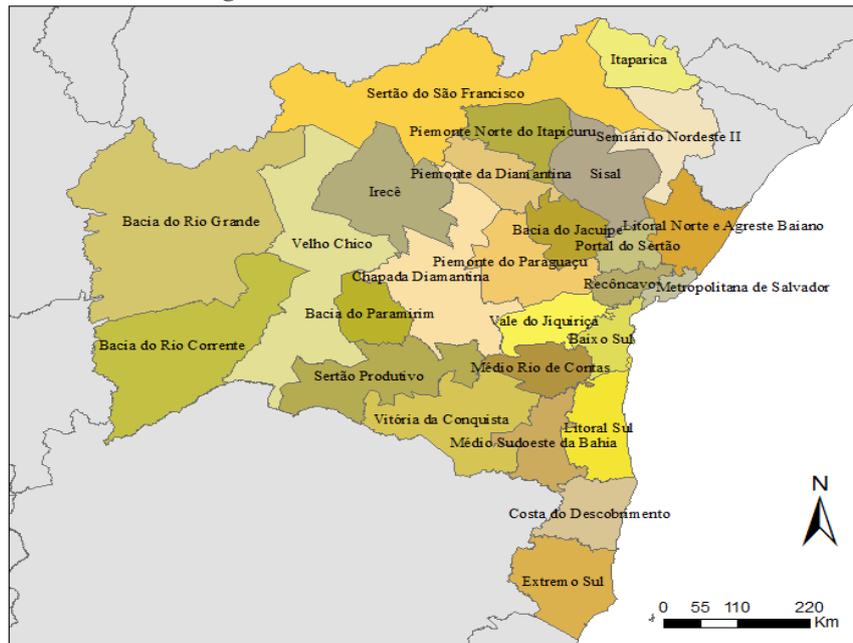
O próprio Índice de Pobreza Multidimensional elaborado pela OPHI em 2010 carrega em seu bojo os fundamentos dessa abordagem teórica, reflete as múltiplas privações dos funcionamentos humanos essenciais para as pessoas em três dimensões distintas. Salienta-se que esse Índice foi introduzido no Relatório de Desenvolvimento Humano em 2010 como uma série experimental, com intuito de informar e estimular o debate sobre a forma de criar medidas de pobreza multidimensional para diferentes países e contextos (OPHI, 2014). Apreende-se, portanto, que, ao longo da história, existiram e existem diversas formas de enxergar a pobreza.

METODOLOGIA

Para este estudo adotou-se a delimitação espacial na Bahia conhecida como Territórios de Identidade, fundamentada em critérios de regionalização estabelecidos pelo governo do estado e reconhecido no ano de 2010. Prezou-se por essa delimitação espacial em razão de esta reunir características relevantes; notoriamente, destaca-se a essência da concepção de território.

Nesse sentido, com o decreto n.º 12.354/10, o Governo da Bahia passou a reconhecer, a partir de então, a existência de 27 Territórios de Identidade (Figura 1). Esse recorte regional incorpora uma abordagem sistêmica, respaldada em critérios socioeconômicos, culturais e históricos, os quais, analisados em conjunto, permitem melhor apreender a espacialidade das atividades produtivas na Bahia. Igualmente, possibilita concluir sobre as especificidades próprias e norteadoras das respectivas vocações produtivas.

Figura 1 – Territórios de Identidade da Bahia.



Elaboração própria. Fonte: Bahia (2014).

O Índice de Pobreza Multidimensional

O Índice de Pobreza Multidimensional – IPM, desenvolvido a partir da metodologia de Alkire e Foster (2007; 2009), evidencia os condicionantes da pobreza com base em dimensões e indicadores, os quais podem ser flexíveis a depender da realidade analisada. Assim sendo, esse índice permite a comparabilidade e análises específicas de diferentes realidades.

O IPM é composto de três dimensões: educação, saúde e padrão de vida, que são mensuradas a partir de dez indicadores. Na dimensão educação, estão inseridos os indicadores “anos de estudos” e “frequência de crianças à escola”. A dimensão saúde é composta pelos indicadores “mortalidade infantil” e “nutrição”. Por último, a dimensão padrão de vida engloba seis indicadores: eletricidade, água potável, saneamento, pavimento, combustível para cozinhar e ativos (rádio, televisão, geladeira, telefone, bicicleta, moto, carro ou trator). Cada dimensão tem o mesmo peso, assim os indicadores são ponderados de forma igual em cada uma das dimensões. Alkire e Santos (2010) enfatizam que a escolha de pesos iguais entre as dimensões segue a convenção do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

O IPM pode ser calculado através do produto de duas medidas: da intensidade e da incidência da pobreza (ALKIRE; SANTOS, 2010). A intensidade da pobreza, representada por **A**, é dada por:

$$A = \sum_{i=1}^n C_i(K)/dq$$

Para encontrar A , é necessário achar a fração de indicadores ponderados em que a pessoa pobre i é privada $C_i(K)/d$. Nesse caso, A resulta da média da fração entre aqueles que são pobres (q). Para calcular a incidência da pobreza é preciso efetuar o quociente entre o número de pobres e o total de indivíduos, expressa da seguinte fórmula:

$$H = q/n$$

Em que:

H = incidência da pobreza

q = representa o número de pessoas pobres

n = total de indivíduos

Em suma, para calcular o IPM é necessário efetuar o produto entre a intensidade e incidência da pobreza:

$$IPM = A \times H,$$

sendo A : privação média compartilhada entre pobres – intensidade da pobreza e H : proporção de pobres – incidência da pobreza.

Este estudo adota o indivíduo como unidade de análise conforme sugere a metodologia de Alkire e Foster (2009). Tal escolha apresenta pontos positivos, pois medidas que utilizam dados em nível individual podem ser decompostas. Por exemplo, permite comparar a pobreza através do gênero e dos grupos de idade, bem como, comparar as privações de cada indivíduo. A composição do IPM é exposta no Quadro 1.

Quadro 1 – Composição do Índice de Pobreza Multidimensional para os Territórios de Identidade da Bahia

Dimensões	Indicadores	Crítérios de privação	Peso relativo
Educação	Anos de escolaridade	Se o indivíduo com idade de 18 anos ou mais não completou o ensino fundamental.	1,67
	Frequência de crianças à escola	Se tem criança em idade escolar (06 a 14 anos) que não frequenta a escola ou creche.	1,67
Saúde	Mortalidade infantil	Se qualquer criança morreu na família com até um ano de idade.	1,67
	Capacidade monetária de se alimentar	Se o indivíduo encontra-se abaixo da linha de indigência (urbano: R\$ 57,03; rural: 49,54).	1,67
	Eletricidade	Se não tem eletricidade.	0,56
	Abastecimento da água	Urbano – abastecimento diferente de rede geral. Rural – abastecimento diferente de rede geral, poço ou nascente na	

Padrão de Vida		propriedade, água de chuva armazenada em cisterna, poço ou nascente na aldeia.	0,56
	Saneamento	Se o domicílio não conta com esgotamento sanitário (saneamento adequado: urbano - rede geral ou fossa séptica; rural - rede geral, fossa séptica ou fossa rudimentar) ou se não possui banheiro de uso exclusivo.	0,56
	Material de parede externas	Se o material predominante nas paredes externas não for de alvenarias ou madeira apropriada para construção.	0,56
	Coleta de lixo	Se o lixo não for coletado por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza.	0,56
	Ativos	Se não tem a posse de pelo menos dois bens de consumo duráveis (rádio, televisão, telefone móvel, telefone fixo, geladeira e motocicleta) ou não possuir automóvel.	0,56

Elaboração própria. Fonte: Alkire e Santos (2010).

A dimensão educação é expressa por dois indicadores que se complementam: anos de escolaridade e frequência de crianças à escola. Os anos de escolaridade atuam como um *proxy* para o nível de conhecimento e de compreensão dos membros da família (ALKIRE; SANTOS, 2010). Considerando que o acesso ao sistema educacional é um direito de todos e dever do Estado e da família, expresso no artigo 205 da Constituição Federal, quando uma pessoa não teve acesso à educação, pode-se dizer que ela sofreu privação, conseqüentemente reflete na sua condição de vida, no acesso ao trabalho, etc.

Com relação ao indicador frequência de crianças à escola, o agregado familiar será privado, caso tenha crianças em idade escolar (06 a 14 anos) que não frequentam a escola ou creche. Na Lei 12.796/2013 consta a obrigatoriedade da matrícula de crianças a partir dos quatro anos de idade nas escolas. Todavia, para o presente estudo, adotou-se o estabelecido na Lei 11.114/2005, cuja obrigatoriedade de matrícula era de 6 (seis) anos. Em efeito, justifica-se a referência dessa última Lei por estar compatível com o ano de coleta dos dados censitários de 2010, e que são utilizados nesta pesquisa, já que naquele ano vigorava a Lei 11.114/2005.

Devido à ausência de informações no banco de dados utilizado para a dimensão saúde, utilizou-se uma *proxy* para o indicador de nutrição, que consta na metodologia do IPM. Acredita-se que a capacidade monetária de se alimentar funciona como uma *proxy* para as famílias se nutrirem, assim, considerou-se as linhas de indigência elaboradas por Rocha, publicada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS (2015).

Outro indicador utilizado foi a mortalidade infantil mantido em consonância com os critérios da OPHI, que considera esse indicador como um fracasso total do

funcionamento da saúde. Nesse caso, considerou-se a mortalidade infantil de crianças com até um ano de idade definida de acordo com as notas técnicas do IBGE (2013). Conforme ressaltam Alkire e Santos (2010), uma limitação desse indicador é que o indivíduo apresenta ponto negativo caso tenha ocorrido morte de, pelo menos, uma criança no domicílio.

A terceira dimensão que compõe o indicador de pobreza multidimensional é o padrão de vida, composta por seis indicadores, conforme Quadro 1. O indicador eletricidade manteve o mesmo critério de privação em conformidade com o IPM. Para o indicador água potável foram utilizados critérios de privação diferenciados para os domicílios urbanos e rurais. A privação relativa ao urbano considerou a ausência de abastecimento através de rede geral e, para o rural, a ausência de abastecimento de rede geral, poço ou nascente na propriedade, água de chuva armazenada em cisterna, poço ou nascente na aldeia. No que concerne ao indicador material externo de paredes, considerou-se privação caso o material predominante nas paredes externas não fosse de alvenaria ou madeira apropriada para construção.

Quanto ao indicador coleta de lixo, considerou-se que a coleta inadequada do lixo interfere nas condições ambientais e impacta na qualidade de vida das pessoas. Para o indicador saneamento, levou-se em consideração a existência de esgotamento sanitário adequado ou banheiros de uso exclusivo. No caso dos domicílios rurais, acrescentou-se mais outro critério de privação, ausência de fossa séptica, tendo em vista que há maior dificuldade operacional em atender a população rural por intermédio de rede de esgoto. No caso de ativos, manteve-se igual ao IPM, retirando somente a posse de bicicleta devido à indisponibilidade de informações.

Os índices das três dimensões possuem o mesmo peso, assim como as variáveis que compõem o índice, adotando a sugestão da OPHI na elaboração do IPM¹. Para realizar o cálculo do IPM, foi utilizado o uso do *software* estatístico *Stata* versão 12. Foram elaborados mapas temáticos a partir de base cartográfica dos municípios baianos no formato *shapefile*, disponibilizado pelo IBGE. Por fim, foram utilizados microdados da amostra do censo demográfico referente ao ano de 2010, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A definição deste ano se justifica pelo acesso aos dados, pois se trata de um banco de informações mais recente divulgado por essa Instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹ É válido ressaltar que o número de variáveis que compõe os indicadores não é igual, por isso variáveis de indicadores diferentes apresentam outros pesos.

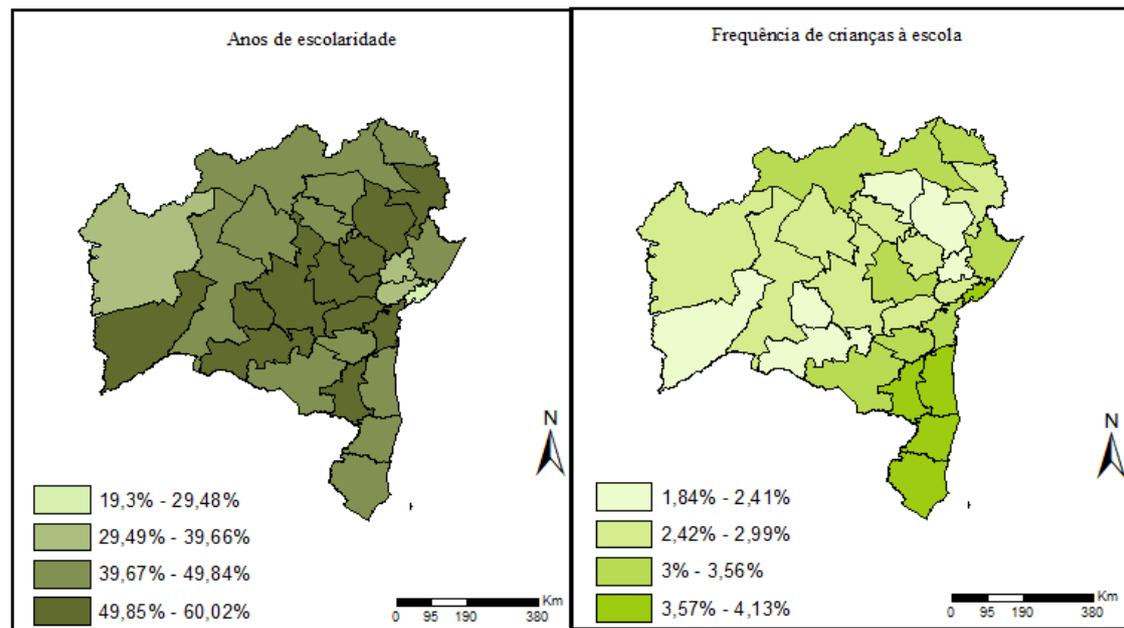
Ao fazer a análise da dimensão educação pode-se constatar que, aproximadamente, 47% da população da Bahia possui apenas o ensino fundamental e uma pequena minoria (cerca de 6%) possui graduação. Um fato que chama a atenção é que mais de 12% da população baiana nunca frequentou a escola. Ao fazer a análise referente aos dados do indicador anos de escolaridade para os indivíduos com 18 anos de idade ou mais, notou-se que 38,83% da amostra pesquisada não concluíram o ensino fundamental. Em efeito, o nível de instrução é importante para o acesso ao emprego, conseqüentemente, interfere na renda e no seu desenvolvimento social.

Essa situação se mostrou bastante crítica para diversos territórios, sendo que, por um lado, o Território Metropolitana de Salvador apresentou o menor percentual de privação referente a esta variável (19,30%), seguido pelos territórios Portal do Sertão (33,75%) e Recôncavo (38,08%). Por outro lado, o Território Semiárido do Nordeste II apresentou maior percentual de privação (60,02%). Essa realidade chama a atenção para a necessidade de ações específicas que priorizem os territórios que apresentam maiores privações, focando, por exemplo, em políticas de acesso à educação para indivíduos com 18 anos ou mais.

Observou-se que muitas crianças ainda são privadas do acesso à escola. Conforme a Lei 11.114/2005, o início do ensino fundamental torna-se obrigatório e gratuito a partir dos seis anos de idade, sendo referência para o ano censitário de 2010. No entanto, esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, tornando obrigatória a matrícula de crianças a partir dos quatro anos de idade. Nesse contexto, percebe-se que o Território Litoral Sul (4,13%) revelou uma situação de privação maior, acompanhado dos Territórios de Identidade Metropolitana de Salvador (3,82%) e Extremo Sul (3,81%). Em melhor situação, encontrava-se o Território Bacia do Rio Corrente (1,84%).

Quando se compara estes dois indicadores que compõem a dimensão educação, nota-se menos privação no acesso de crianças à escola que o indicador anos de escolaridade (Figura 2). Na realidade, programas governamentais de transferências de renda como Programa Bolsa Família -PBF exigem, como um dos critérios para o acesso a esse benefício, a obrigatoriedade de crianças e jovens na escola. Esta obrigatoriedade encontra-se na Lei nº 10836 de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

Figura 2 – Percentual de privações obtidas a partir da dimensão educação por Territórios de Identidade em 2010.



Fonte: Resultados gerados no *software* Stata (STATA, 2011), baseado nos microdados do IBGE (Censo 2010).
Elaboração própria.

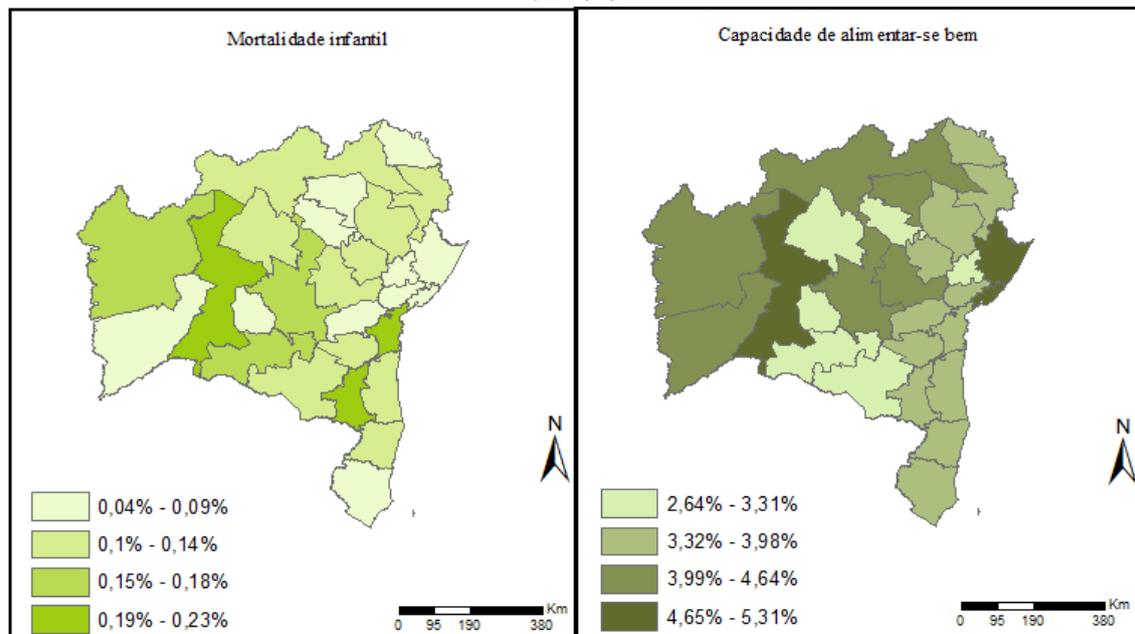
Para análise da dimensão da saúde utilizou-se, neste estudo, os indicadores mortalidade infantil e a capacidade monetária de alimentar-se. A mortalidade infantil foi o indicador que apresentou os menores percentuais de privações dentre o conjunto analisado que compõe o IPM. Esse dado é importante, pois a taxa de mortalidade reflete a qualidade de vida da família. Conforme indicam os estudos de Sousa e Leite Filho (2008, p. 798), “a taxa de mortalidade infantil reflete o *status* da saúde e desenvolvimento socioeconômico da população, além da eficácia das políticas públicas para áreas de saúde, educação, saneamento, bem como geração e distribuição de renda”. Neste estudo, o indicador mortalidade infantil apresentou percentual inferior a 1% tanto para o estado como para todos os seus territórios. O resultado mais favorável foi para o território Vale do Jiquiriçá (0,04%); sendo que o Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia apresentou o maior percentual entre os territórios, mesmo assim, com privação relativamente baixa (0,23%).

Com relação à capacidade monetária de se alimentar, utilizou-se a renda como *proxy* para refletir as condições de acesso à alimentação, pois entende-se que quanto maior a renda, maior a capacidade do indivíduo para alimentar-se bem. Neste indicador, os resultados apontaram 3,96% de privações para a Bahia, ou seja, mais de 3% dos indivíduos baianos estão abaixo da linha de indigência, o que implica dizer que, não têm condições financeiras de se alimentar bem e com qualidade. Observa-se que as maiores privações são sentidas nos seguintes territórios: Litoral Norte e Agreste Baiano (5,31%) e Metropolitana de Salvador

(4,69%), enquanto o Sertão Produtivo (2,64%) foi o território que apresentou melhor situação.

Analisando os indicadores da dimensão saúde em conjunto, nota-se que os percentuais de privação foram abaixo de 10% (Figura 3) para todos os territórios.

Figura 3 – Percentual de privações obtidas a partir da dimensão saúde por Territórios de Identidade da Bahia em 2010.



Fonte: Resultados gerados no *software* Stata (STATA, 2011), baseado nos microdados do IBGE (Censo 2010).
Elaboração própria.

No que diz respeito à dimensão padrão de vida, foram analisados os indicadores: eletricidade, forma de abastecimento de água, saneamento, material externo de paredes, coleta de lixo e ativos. Em relação ao indicador energia, foi considerado como privado o domicílio sem acesso à energia elétrica. Para este indicador, os resultados apontaram 3,54% de privações para o estado da Bahia; todos os territórios apresentaram percentuais abaixo de 10%, sendo o Território Bacia do Paramirim o que apresentou maior nível de privação (9,44%). Essas informações evidenciam que uma parte da população baiana não usufrui do acesso à eletricidade, sendo impedida de desfrutar de tecnologias que dependem da eletricidade.

Na Bahia, uma parcela de pessoas, correspondente a mais de 14% não têm abastecimento adequado da água. Dentre os territórios, os que apresentaram maiores percentuais foram: Sertão Produtivo (24,65%) e Vitória da Conquista (23,95%), localizados no semiárido baiano. Ressalta-se que as privações estão distribuídas por todos os territórios, até mesmo naqueles que não estão inseridos no semiárido.

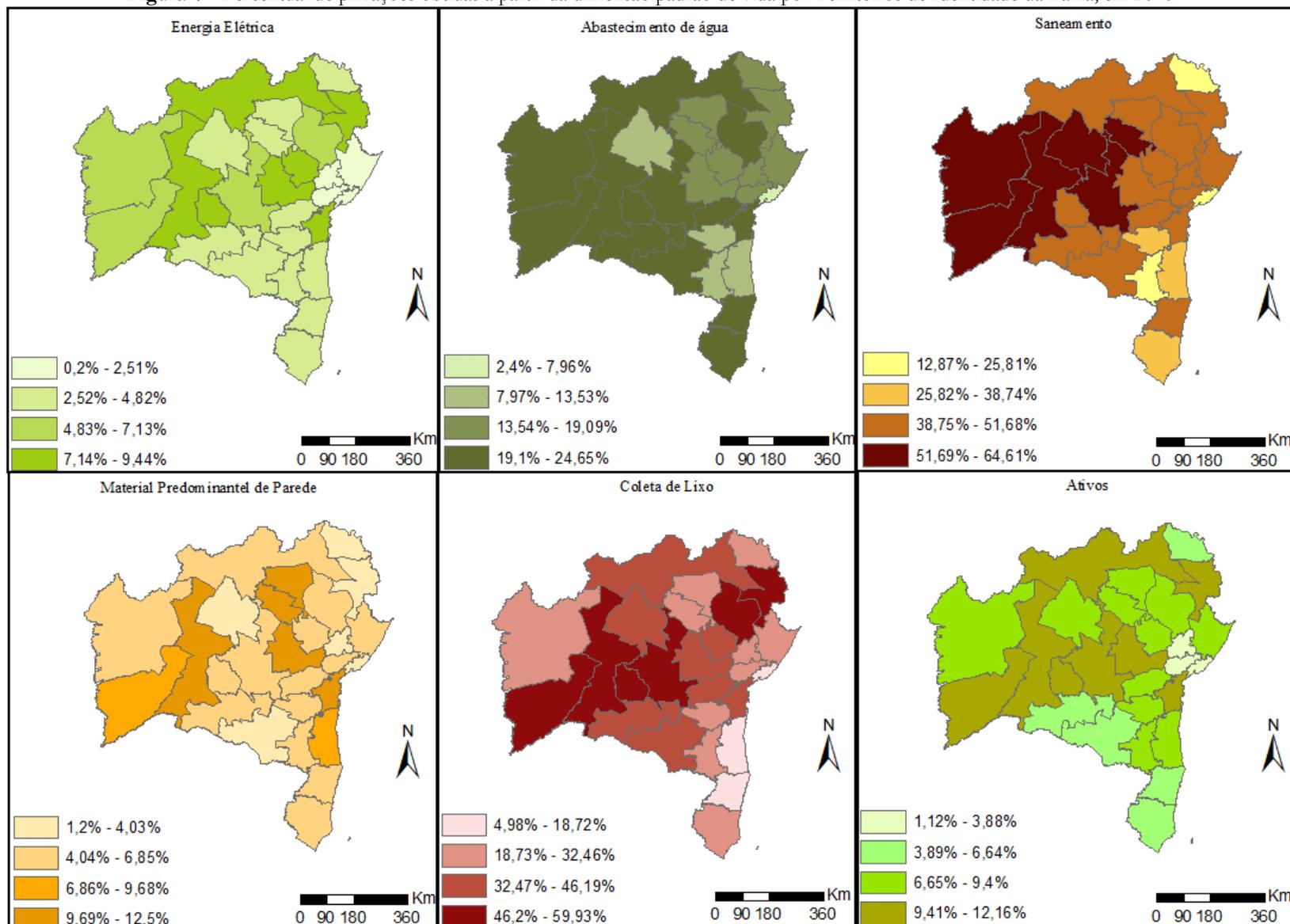
A condição de saneamento foi verificada pela existência ou não de banheiros de uso particular nos domicílios ou esgotamento sanitário adequado. Nesta condição, verificou-se que na Bahia a questão do saneamento é bem crítica, mais de 37% da população ainda não possuem saneamento básico. Nesse indicador, o território Metropolitana de Salvador apresentou os menores percentuais (12,87%), enquanto Bacia do Rio Grande registrou maior percentual de privação (64,61%).

Quanto ao indicador material de paredes externas, que considerou como privação ausência de parede de alvenaria com ou sem revestimento ou madeira apropriada para construção, observou-se que apenas 4,59% dos domicílios na Bahia são privados. Ressalte-se que os territórios Baixo Sul e Piemonte Norte do Itapicuru apresentaram as maiores privações, 12,50% e 11,71% respectivamente. Por sua vez, o território Metropolitana de Salvador apresentou-se menos privado, comparativamente aos demais.

Com relação à coleta de lixo que se mostrou deficiente na Bahia (26,03%), chama a atenção as disparidades entre o rural e o urbano. Para o rural baiano, 80,31% dos domicílios apresentaram coleta de lixo inadequada, enquanto para o urbano esse percentual alcançou apenas 5,0%. Em efeito, na zona rural, esse tipo de serviço público não é observado com frequência, devido à sua difícil operacionalização, entretanto, entende-se que o indivíduo está privado, pois são serviços importantes que podem impactar na saúde das pessoas e no meio ambiente. Os territórios que apresentaram maiores privações nesse indicador foram Bacia do Paramirim (59,93%) e Velho Chico (52,19%). Vale ressaltar que, para esses territórios, a população rural supera a urbana. Em contrapartida, o território Metropolitana de Salvador apresentou o menor percentual (4,98%).

No que se refere aos ativos, foram considerados privados os indivíduos que não possuem acesso a pelo menos dois desses bens ou que não possuem automóvel. Ainda, o território Baixo Sul foi o mais privado com 12,16%, sendo o dobro do observado para a Bahia (6,08%) e o menos privado foi o Metropolitana de Salvador, com 1,12%. Esse resultado está atrelado à capacidade monetária das famílias, sendo observado os maiores PIBs *per capita* no território Metropolitana de Salvador. Nota-se que a situação se revela bastante crítica para os indicadores saneamento e coleta de lixo (Figura 4), indicadores importantes que afetam bastante a qualidade de vida.

Figura 4 – Percentual de privações obtidas a partir da dimensão padrão de vida por Territórios de Identidade da Bahia, em 2010.

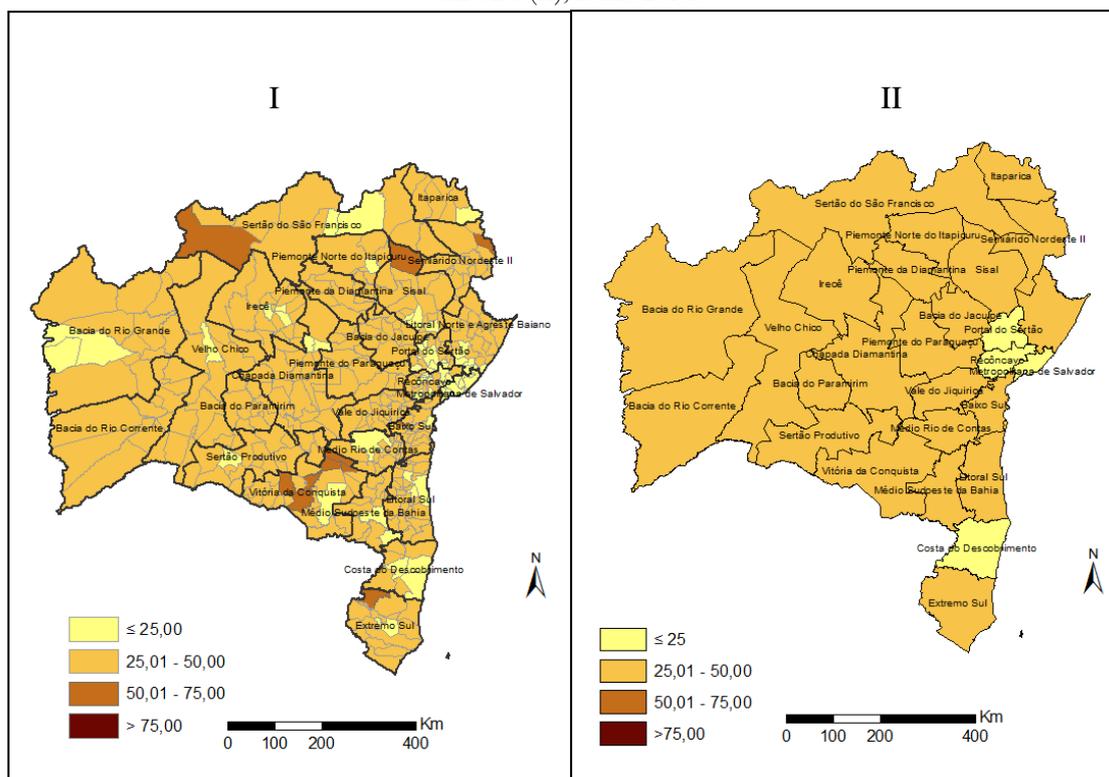


Fonte: Resultados gerados no *software* Stata (STATA, 2011), baseado nos microdados do IBGE (Censo 2010). Elaboração própria.

A pobreza multidimensional na Bahia apresentou incidência de 25,46%, sendo que incide mais nos territórios Bacia do Rio Corrente (35,53%) e Semiárido Nordeste II (34,97%). O resultado mais favorável foi para o Território de Identidade Metropolitana de Salvador (14,01%), onde se encontra o município que apresenta menor incidência da pobreza no contexto baiano: Salvador (13,13%).

Por um lado, a maior incidência de pobres encontra-se no semiárido baiano, com exceção do Território de Identidade Irecê. Por outro, observou-se menor distribuição de pobres na faixa litorânea, com destaque para o Território de Identidade Metropolitana de Salvador, que apresenta uma dinâmica socioeconômica mais expressiva, com concentração de atividades econômicas, sendo destaque no contexto baiano em termos de infraestrutura, centros universitários, etc. (Figura 5).

Figura 5 – Percentual da incidência da pobreza multidimensional a partir da delimitação municipal (I) e territorial (II), Bahia-2010.

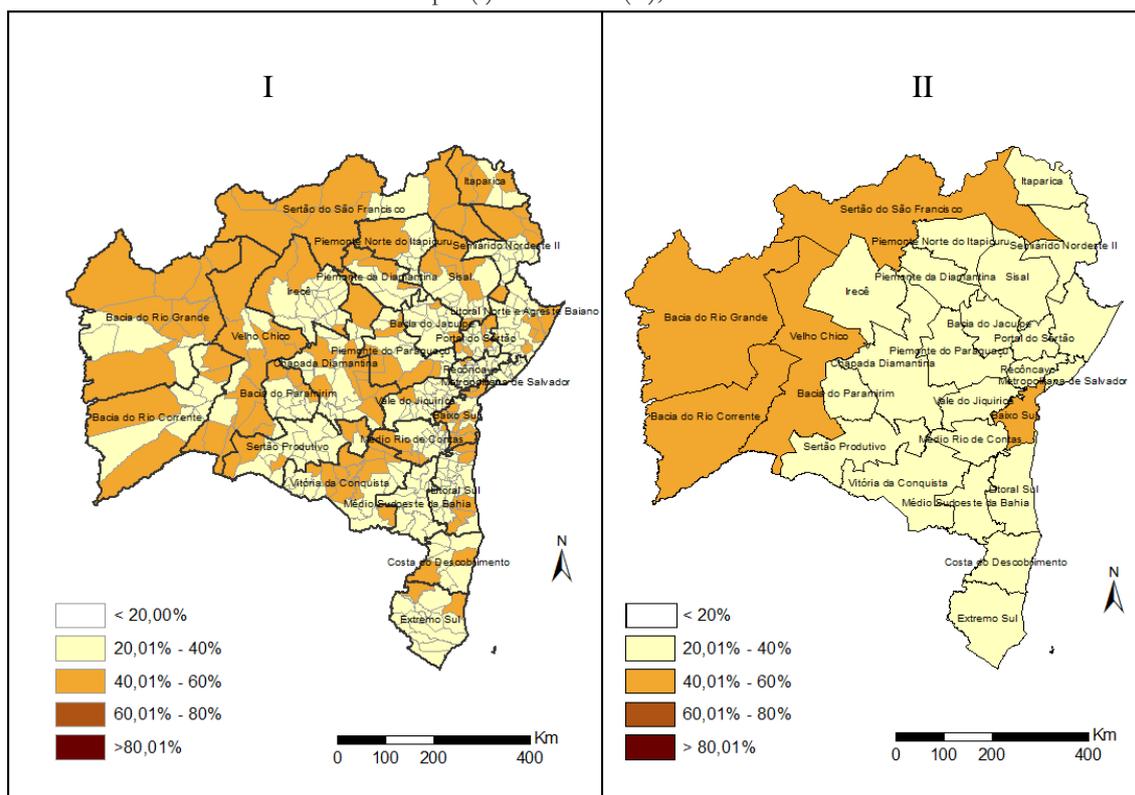


Fonte: Resultados gerados no *software* Stata (STATA, 2011), baseado nos microdados do IBGE (Censo 2010).
Elaboração própria.

Em termos de intensidade da pobreza multidimensional, o resultado para a Bahia foi de 36,96%, o que corresponde às privações médias sentidas pelos indivíduos considerados multidimensionalmente pobres. A análise por Territórios de Identidade da Bahia apontou percentuais diversos, sendo os territórios Velho Chico (42,12%) e Baixo Sul (41,21%) os que apresentaram resultados mais desfavoráveis quando comparados com os

demais. Isso quer dizer que no Território de Identidade Velho Chico os indivíduos pobres são privados, em média, 42,12%, dos indicadores, o que corresponde a privações em mais de uma dimensão. Em contrapartida, encontra-se o Território de Identidade Metropolitana de Salvador (25,61%) com intensidade mais baixa da pobreza. A intensidade da pobreza no âmbito municipal e territorial são semelhantes, ficando a maioria com percentuais entre 25% a 50% (Figura 6).

Figura 6 – Percentual da intensidade da pobreza multidimensional a partir da delimitação em escala municipal (I) e territorial (II), Bahia-2010.



Fonte: Resultados gerados no *software* Stata (STATA, 2011), baseado nos microdados do IBGE (Censo 2010).
Elaboração própria.

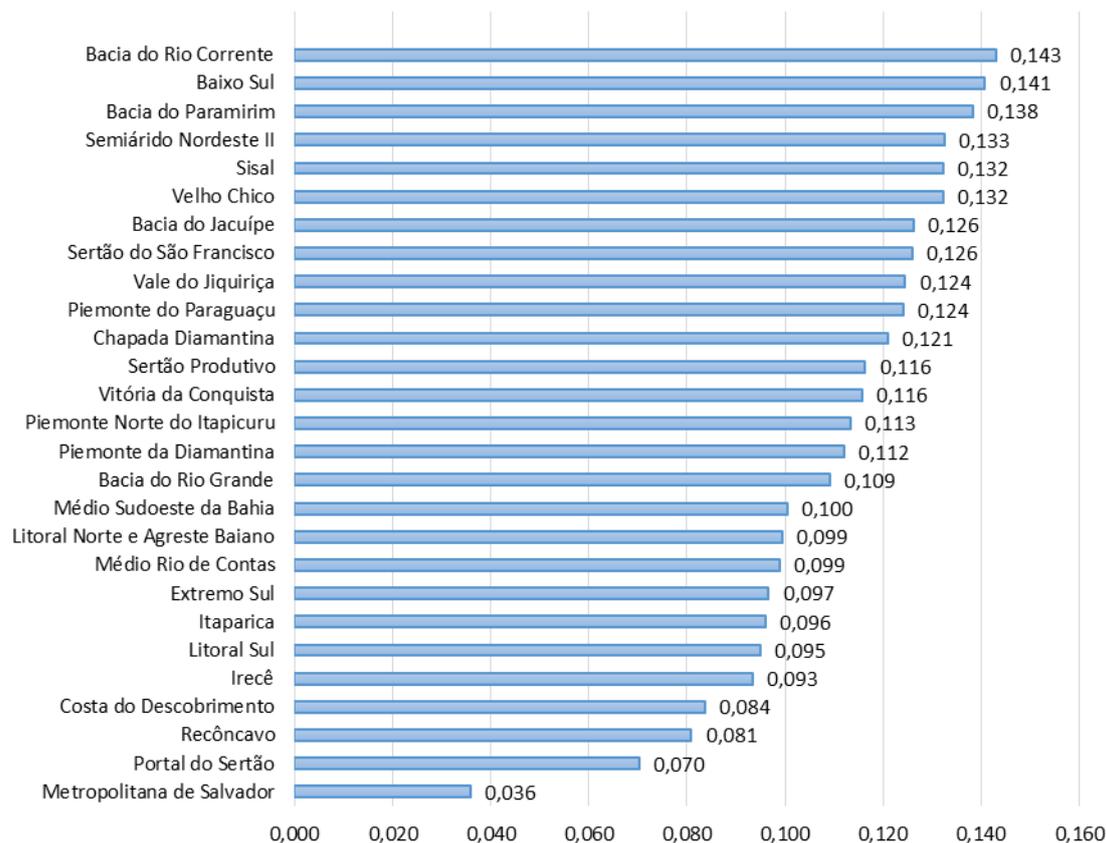
A intensidade da pobreza foi mais acentuada no município Pedro Alexandre (50,57%), situado no Território de Identidade Semiárido do Nordeste II, enquanto que os municípios Madre de Deus (23,41%), Salvador (23,43%) e Itapetinga (23,49%) obtiveram os menores percentuais médios de privações dos pobres multidimensionais. Apreende-se que as estratégias públicas para minimizar a pobreza devem atuar no território baiano como um todo, pois a intensidade da pobreza é relativamente semelhante na Bahia.

Índice de Pobreza Multidimensional

O IPM corresponde ao produto da incidência (H) e da intensidade (A) da pobreza. A Bahia apresentou resultado de 0,094 para este índice. Os territórios Baía do Rio

Corrente e Baixo Sul apresentam taxas mais altas de pobreza se comparados com os demais (Figura 7), enquanto os territórios Metropolitana de Salvador e Portal do Sertão obtiveram índices mais baixos. É válido ressaltar que os níveis mais altos de pobreza refletem maiores privações dos indivíduos que influenciam no seu bem-estar.

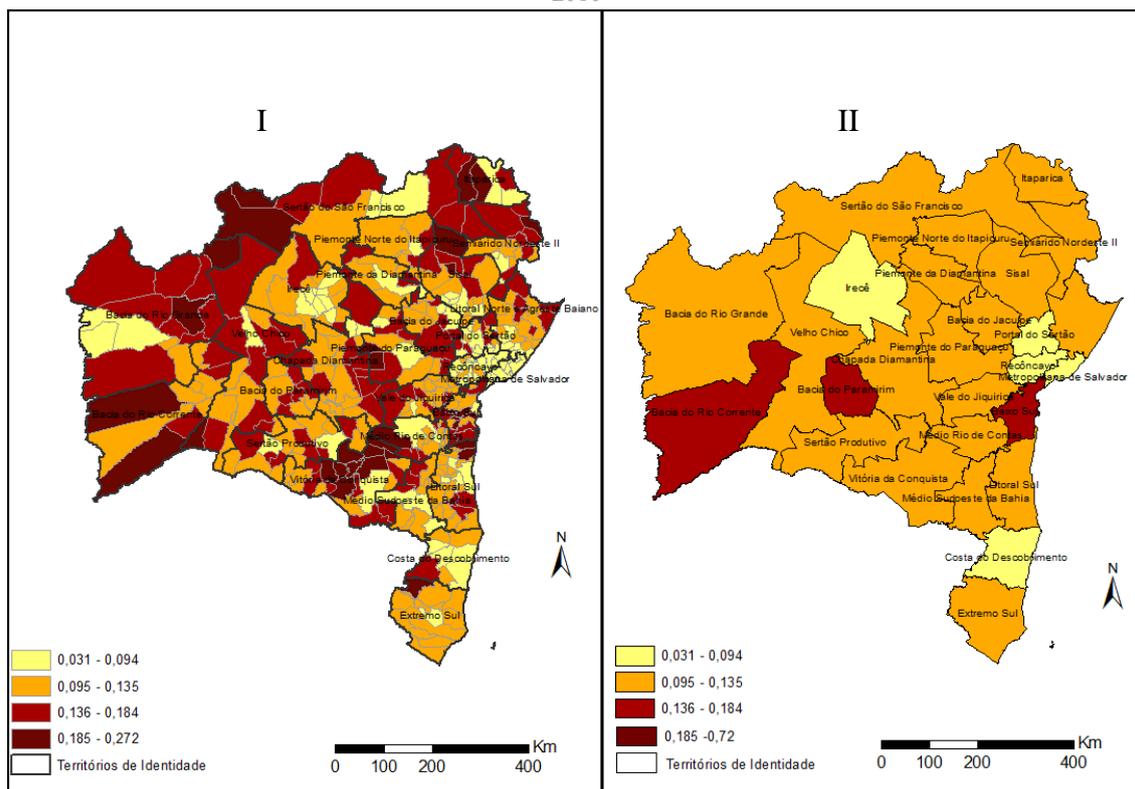
Figura 7 – *Ranking* do Índice de Pobreza Multidimensional por Territórios de Identidade da Bahia em 2010.



Fonte: Resultados gerados no *software* Stata (STATA, 2011), baseado nos microdados do IBGE (Censo 2010).
Elaboração própria.

A análise territorial tende a esconder as particularidades da pobreza no âmbito municipal (Figura 8). A pobreza multidimensional apresentou-se mais alta para o município Pilão Arcado (0,272), inserido no Território de Identidade Sertão do São Francisco, com IPM de 0,126. Isso indica que as pesquisas que tratam desse tema podem “mascarar” certas especificidades ao adotar escalas territoriais mais abrangentes, como a delimitação de Territórios de Identidade.

Figura 8 – Índice de Pobreza Multidimensional a partir da delimitação municipal (I) e territorial (II), Bahia-2010



Fonte: Resultados gerados no *software* Stata (STATA, 2011), baseado nos microdados do IBGE (Censo 2010).
Elaboração própria.

Finalmente, pode-se dizer que os Territórios de Identidade apresentam muitas diversidades, por isso, uma análise em nível municipal pode refletir melhor a pobreza, apresentando as variações existentes dentro de um mesmo território, requerendo uma análise mais detalhada.

CONCLUSÕES

A análise da pobreza sob a ótica multidimensional mostrou que a incidência da pobreza para a Bahia apresenta-se distribuída de forma heterogênea entre os territórios. Assim, observou-se que alguns territórios requerem maior atenção com relação às estratégias públicas.

Dentre a perspectiva apresentada, observa-se que indicadores referentes à escolaridade, ao saneamento e à coleta de lixo são críticos. Esses indicadores estão, de certa maneira, relacionados, pois maiores níveis educacionais tendem a refletir em padrões de vida mais elevados e de qualidade e vice-versa. De fato, não se pode pensar em qualidade de vida se existem pessoas que não usufruem de saneamento e coleta lixo adequados. Ressalta-se que são indicadores que interferem no ambiente em que as pessoas estão

inseridas, uma vez que se discute muito os problemas ambientais na atualidade, mas, mesmo assim, problemas básicos de saneamento que interferem na saúde das pessoas e afetam bastante a qualidade do ambiente ainda não foram resolvidos.

Com relação à intensidade da pobreza, verificou-se que é preciso focalizar ações no território baiano como um todo, tendo em vista que esta se manifestou com média mais alta que incidência, tanto na escala territorial como municipal. Desse modo, torna-se necessário encontrar medidas que visam reduzir a percentagem média de privações.

Observou-se, também, que o Índice de Pobreza Multidimensional apontou resultados diversos para os territórios baianos, o que necessita de uma política territorial que considere as especificidades. É preciso observar ainda que existem muitos fatores limitantes das vidas humanas, no caso do IPM, especifica-se três dimensões, mas isso não impede que outros estudos considerem outras privações, a exemplo de segurança pública. Todavia, é preciso que as ações públicas considerem as especificidades territoriais, tendo em vista que a população baiana sofre múltiplas privações que inibem o seu desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. Oxford: OPHI, 2009. (Working paper n° 32). Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-wp32.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. Oxford: OPHI, 2007 (Revised May 2008). (Working paper n° 7). Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. **Acute Multidimensional Poverty: a new index for developing countries**. Oxford: OPHI, 2010. (Working paper n° 38). Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp38.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

BAHIA. Decreto n° 12.354 de 25 de agosto de 2010. **Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências**. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>>. Acesso em: 15 ago. 2014a.

BAHIA. Secretaria do Planejamento da Bahia – SEPLAN. **Territórios de Identidade**. Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2014b.

BAGOLIN, I. P.; SOUZA, O. T. de; COMIM, F. V. Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 387-408, ago. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000200007>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 10836 de 09 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 28 set. 2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.

CODES, A. L. M. de. A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para discussão**, Brasília: IPEA, n. 1332, abr. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2014.

HOFFMANN, R. Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Resultados gerais da amostra. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 05 jan. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil.** Breve análise da mortalidade nos períodos 2012; 2013 e 1980; 2013. 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2013/notastecnicas.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2015.

IETS. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. **Linhas de pobreza e indigência 2013.** Disponível em: <<http://www.iets.org.br/dado/iets-disponibiliza-tabulacoes-sobre-renda-desigualdade-pobreza-educacao-e-mercado-de-trabalho-da-pnad-2013>>. Acesso em: 09 set. 2015.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79-112, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br:8888/seer/ojs/viewarticle.php?id=33>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional:** uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. **Does it matter that we don't agree on definition of poverty?** A comparison of four approaches. Queen Elizabeth House: University of Oxford, may 2003. (Working Paper 107). Disponível em: <<http://www3.geh.ox.ac.uk/RePEc/geh/gehwp/gehwp107.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

MALTHUS, T. R. **Economia.** Tradução de Tamás Szmrecsáni. São Paulo: Ática, 1982. 200 p. (Coleção grandes cientistas sociais; nº 24).

MARX, K. **Teorias da mais valia:** história crítica do pensamento econômico. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. São Paulo: DIFEL, 1980. (Livro 4 de O Capital, v. 2).

OPHI. Oxford Poverty and Human Development Initiative. **Multidimensional Poverty Index**. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/MPI-One-Page-final.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento. **Territórios de identidade**. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA E CARIBENHA SOBRE ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 3., 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alca-deca/download/abordagem-das-capacitacoes-um-estudo-empirico-sobre-pobreza.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUSA, T. R. V.; LEITE FILHO, P. A. M. Análise por dados em painel do status de saúde no Nordeste Brasileiro. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102008000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2015.

STATA: Statistics/Data Analysis. Version 12.0. Texas, USA: StataCorp LP, 2011. Windows.

Como citar:

ABNT

PRATES, E. M.; GOMES, A. da S.; GOMES, R. L.; PESSOTI, F. C. C. L.; PIRES, M. de M.; ESPÍRITO SANTO, M. M. do. Análise da Pobreza sob a perspectiva multidimensional nos Territórios de Identidade da Bahia. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 7, e202102, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202102>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

APA

Prates, E. M., Gomes, A. da S., Gomes, R. L., Pessoti, F. C. C. L., Pires, M. de M., & Espírito Santo, M. M. do. Análise da Pobreza sob a perspectiva multidimensional nos Territórios de Identidade da Bahia. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 7,

e202102. Recuperado em 25 março, 2021, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202102>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2021, Universidade Federal do Maranhão.

